

**N.F. Nº.** - 180190.0012/19-0  
**NOTIFICADO** - CLEVERSON MOITINHO VIEIRA.  
**NOTIFICANTE** - MAIZA SELMA LIMA DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ CENTRO SUL  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET - 04.09.2020

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0225-06/20NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. NULIDADE. FALTA DE INFORMAÇÃO FISCAL E DE ENTREGA AO SUJEITO PASSIVO DE DOCUMENTO ESSENCIAL AO EXERCÍCIO PLENO DO DIREITO DE DEFESA E DO CONTRADITÓRIO: RELATÓRIO DIÁRIO DE OPERAÇÕES TEF. AUSÊNCIA DO CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE E INCONSISTÊNCIAS NO DEMONSTRATIVO DOS VALORES EXIGIDOS. Violados os princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório. Instância única. Notificação fiscal NULA. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada no dia 29/03/2019 para formalizar a exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$ 15.143,80, acrescido da multa de 75%, prevista nos artigos 34/35 da Lei Complementar 123/06 e 44, I da Lei Federal 9.430/96, sob a acusação de omissão de saídas tributáveis, apurada por meio de pagamentos efetuados com cartões de débito e crédito, em montantes inferiores aos transmitidos por administradoras ou instituições financeiras.

O contribuinte ingressa com impugnação às fls. 14 a 16, nas quais informa que exerce a comercialização de bebidas fabricadas pela AMBEV, tais como HEINEKEN e DEVASSA. Não concorda com a exigência, pois, segundo alega, não é o responsável pelo recolhimento do ICMS, mas sim o industrial, situação que configura ilegitimidade passiva.

Ademais, não admite qualquer divergência entre as operações informadas por si e pelas administradoras.

Requer dilação de prazo para juntada de documentos e encerra pleiteando deferimento.

Não foi apresentada informação fiscal.

**VOTO**

O Processo Administrativo Fiscal em análise encontra-se eivado de diversos vícios. Entre estes, alguns que, caso se mostrassem isolados, como a ausência de informação fiscal e a inexistência do cálculo da proporcionalidade no demonstrativo de fls. 6/7, poderiam ser passíveis de saneamento via diligência.

Igualmente, a falta de entrega ao fiscalizado do Relatório Diário de Operações TEF, situação que – de acordo com a jurisprudência pacífica deste Conselho de Fazenda –, viola não somente o princípio do devido processo legal, como os da ampla defesa e do contraditório.

Entretanto, no referido demonstrativo, de fls. 6/7, existem informações – ou ausência delas –, não é possível dizer com segurança, que também estiolam a ampla defesa e o contraditório.

É que durante todo o exercício de 2014 não foi apurado sequer um real a título de receita. No mês de janeiro de 2015, a receita bruta declarada foi de R\$ 12.365,78 e a receita bruta informada (TEF) foi de R\$ 24.731,56. Já a receita acumulada nos últimos doze meses neste mesmo período de janeiro de 2015 foi de R\$ 180.902,28, o que se revela de impossível entendimento.

Com a devida vênia e respeito, um lançamento de ofício deve ser elaborado de maneira clara e facilmente compreensível. Não se pode revesti-lo de obscuridades, ausência de informações, incertezas, fórmulas complexas, indecifráveis ou de difícil entendimento ao homem de mediana inteligência, já que é ato administrativo tendente à constituição de crédito tributário, o qual ensejará constrição de direitos patrimoniais do fiscalizado no Poder Judiciário.

Tampouco pode conter informações pouco claras, como a de que a receita bruta acumulada em 12 meses em janeiro de 2015 - após um ano de faturamento ZERO e um mês com receita bruta declarada de R\$ 12.365,78 e receita bruta informada (TEF) de R\$ 24.731,56 -, corresponde à quantia de R\$ 180.902,28.

Represento à autoridade competente para que decida sobre a viabilidade de renovar a ação fiscal, a salvo das falhas acima apontadas.

Em face do exposto, voto pela Nulidade da Notificação Fiscal.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **NULA** a Notificação Fiscal nº **180190.0012/19-0**, lavrada contra **CLEVERSON MOITINHO VIEIRA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de agosto de 2020.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR